

# Mudanças na estrutura de ocupações e no nível dos rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo

---

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Este artigo estuda, com dados da PNAD, as mudanças no nível e na estrutura do emprego e no poder de compra da renda do trabalho, na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1992 e 1998. Foram considerados setores de atividade, tipo e posição na ocupação e a população ocupada com rendimento positivo foi classificada em estratos de renda, destacando-se os dois extremos, formados pelos 20% mais pobres e pelos 10% mais ricos.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho – São Paulo, Região Metropolitana de (SP); Ocupação; Renda – Distribuição.

## **Abstract**

This paper deals about the changes in the level and the structure of employment and the purchasing power of income work in the São Paulo metropolitan area between 1992 and 1999 using individual data from a national survey (PNAD). Activity sectors and position in occupation were considered and the occupied population with positive incomes was classified in four categories with the two extremes formed by the 20% more poor and the 10% more rich.

**Key words:** Labor market; Occupation; Income distribution.

**JEL J 31, O15, R23.**

Depois dos anos 1980, em que o produto nacional pouco aumentou e a elevada inflação manteve baixo o poder de compra dos rendimentos do trabalho, sucessivos governos, durante toda a década de 1990, tentaram aproveitar um quadro financeiro internacional favorável à aplicação de capital estrangeiro no Brasil, facilitando a entrada e a saída de recursos no país para viabilizar a liberalização das importações, visando a baixar a inflação, modernizar o aparelho produtor de bens e serviços e retomar uma trajetória de crescimento do produto.

A liberalização da entrada e saída de capital no Brasil, perante um mercado financeiro internacional com dinheiro para aplicar e poucas oportunidades nos países desenvolvidos, provocou uma entrada maciça de capital que repercutiu fortemente na economia brasileira. A entrada de capital foi auto-reforçada pelos ganhos que provocou, ao valorizar ativos que apenas foram preservados na crise da dívida externa dos anos 1980 e contribuiu para a reversão de um superávit de comércio exterior que tinha chegado a assumir uma magnitude

---

(1) Professor e atual Diretor do Instituto de Economia da Unicamp. O autor deseja agradecer os comentários de um parecerista anônimo.

expressiva, ajudando a evitar um forte déficit de conta corrente do balanço de pagamentos que, nas circunstâncias da década de 1980, não poderia ter sido coberto por entrada de capital. E foram tão grandes os fluxos anuais de aplicação de recursos externos no país que, além de cobrir um enorme déficit de conta corrente e ampliar substancialmente o nível das reservas internacionais, levaram à valorização da moeda nacional, baixando fortemente o preço do dólar no dinheiro local.

A contrapartida dessa entrada maciça de capital foram o aumento da dívida externa e o aprofundamento da desnacionalização da economia, ampliando a dependência do país com relação à continuidade da entrada e à permanência de recursos, nacionais e estrangeiros, aplicados no Brasil. O aumento dessa dependência significou maior vulnerabilidade diante de um mercado financeiro internacional com crescente liberdade de movimento e que tem se caracterizado por elevada instabilidade, desde o final da década de 1960, com implicações de longo alcance para as possibilidades de um verdadeiro desenvolvimento do país, como nação.

Além dessas implicações mais profundas, a entrada maciça de recursos teve repercussões imediatas na economia brasileira, afetando o nível e a estrutura do emprego e o poder de compra da renda do trabalho. E esses efeitos imediatos da entrada de capital sobre a economia, afetando o chamado mercado de trabalho, foram variados e paradoxais. Do lado do poder de compra da renda do trabalho, a inflação diminuiu e os preços relativos dos produtos se modificaram, num movimento exatamente simétrico ao que tinha acontecido na década anterior, com uma pronunciada queda no preço dos produtos passíveis de importação ou exportação e um aumento dos preços dos produtos não tão expostos à influência do comércio internacional. Por sua vez, a entrada de capital junto com a queda da inflação facilitou o retorno do crediário, reabrindo as possibilidades de comprar a prazo os produtos mais caros. Em simultâneo, a privatização de uma série de serviços públicos reforçou a tendência de aumento dos preços relativos dos produtos menos expostos ao comércio internacional. Em consequência de todas essas mudanças de preços relativos e do retorno do crédito ao consumo, com um nível muito elevado das taxas de juros, modificou-se bastante o orçamento das famílias, tendo aumentado as despesas relativas a pagamentos de prestação, aluguel, transporte, energia, telefone, lazer, educação e cuidado da saúde e diminuído, em simultâneo, o peso das despesas com alimentação, vestuário e outros itens do consumo privado que envolvem compras de produtos manufaturados (Carneiro, 2001). Já do lado do nível e estrutura do emprego, o forte crescimento das importações, ao não ser acompanhado pelo aumento das exportações em ritmo semelhante, limitou o aumento do produto nacional e simultaneamente provocou uma redução no impacto do aumento do produto sobre

o nível de emprego, contribuindo também para alterar a composição do emprego, por setor de atividade econômica e tipo de ocupação. O emprego diminuiu na indústria de transformação e construção civil empresarial, que são setores de atividade que se caracterizam por empregar uma elevada proporção de trabalhadores em ocupações manuais, ao mesmo tempo em que aumentou significativamente tanto em setores de atividade como educação, saúde, outras atividades sociais e serviços auxiliares da atividade econômica (que empregam elevada proporção de trabalhadores em ocupações técnicas e de nível superior), quanto em setores como comércio, transporte, comunicação, alojamento, alimentação, limpeza e vigilância (que empregam uma alta proporção de trabalhadores em ocupações de prestação de serviços, desde portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, passando por atendimento ao público e vendas, transporte e comunicações até serviços pessoais ligados a alimentação, embelezamento e atendimento pessoal em geral).

Este artigo contém duas partes: a primeira examina as mudanças na estrutura de oportunidades de ocupação na Região Metropolitana de São Paulo entre 1992 e 1998 e a segunda verifica como, no mesmo período, se modificaram a distribuição da renda do trabalho e o perfil dos ocupados nos diversos estratos de renda. O objetivo é reunir informações e tentar avançar na análise das modificações que aconteceram na composição das oportunidades para ocupar a população ativa e na interpretação do significado social dessas mudanças na estrutura de ocupações. A escolha da Região Metropolitana de São Paulo deve-se ao fato de essa metrópole concentrar grande parte da atividade econômica do país, permitindo ressaltar os efeitos da liberalização da economia brasileira sobre o mercado de trabalho.

## **1 Mudanças na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo**

As mudanças que aconteceram na economia brasileira, ao longo da década de 1990, processaram-se com pouco investimento e em meio a pronunciadas oscilações no ritmo de atividade (Carneiro, 2000). Assim, o Produto Interno Bruto diminuiu quase 5% em 1990, oscilou em 1991 e 1992 em torno do baixo patamar atingido, recuperou o nível prévio já em 1993, superando-o num crescimento em ritmo decrescente nos quatro anos subseqüentes, interrompido em 1998, mas que deixou o produto num patamar 19,5% maior que o existente previamente à queda do PIB, em 1990. Dessa maneira, o PIB aumentou num ritmo médio anual de 1,8% no conjunto da década de 1990, ligeiramente maior que o do crescimento da população residente no país, que foi de 1,5% na década de 1990. A taxa de investimento que expressa a proporção do Produto Interno Bruto correspondente à

Formação Bruta de Capital Fixo estava, em 1989, num nível relativamente baixo (16,7%, a preços de 1980) para um país que precisa desenvolver a economia para melhorar as condições de vida da população, tendo uma renda por habitante, medida segundo o princípio da paridade do poder de compra, equivalente à média mundial e cerca de um quinto da que vigora nos principais países desenvolvidos. A queda da atividade econômica no início da década de 1990 diminuiu a taxa de investimento para 14% em 1992. A retomada da atividade econômica, entre 1993 e 1997, elevou a taxa de investimento para 18,1%, mas a paralisação desse crescimento do produto, desde 1998, fez diminuir novamente a taxa de investimento que terminou a década no baixo nível em que começou, 16,2%.

### **1.1 Posição na ocupação**

Alterações tão importantes como as que se processaram na estrutura da economia brasileira ao longo da década de 1990, ao se realizarem com pouco investimento e aumento tão modesto do Produto Interno Bruto, repercutiram muito desfavoravelmente no mercado de trabalho. Como a Região Metropolitana de São Paulo concentra uma parcela muito expressiva da atividade econômica do país, foi particularmente atingida. Assim, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o nível de emprego não agrícola na Região Metropolitana de São Paulo teria diminuído 10,6% entre o final de 1989 e o final de 1992. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que em setembro de 1992 havia apontado um número de empregados em estabelecimentos na Região Metropolitana de São Paulo, que é praticamente o mesmo informado pela RAIS para dezembro daquele mesmo ano, acusa um aumento de apenas 4,5% desse número total de empregados em estabelecimentos, dedicados a atividades não agrícolas na Grande São Paulo, entre 1992 e 1998, de modo que o nível de emprego em estabelecimentos no final da década de 1990 ainda era 6,3% menor do que o verificado em 1989. Isso significa que as mudanças na estrutura da economia brasileira ao longo da década de 1990, que provocaram eliminação e geração de novas oportunidades de emprego, tiveram por saldo líquido uma redução de cerca de 340 mil empregos em estabelecimentos dedicados a atividades não agrícolas na Região Metropolitana de São Paulo. A importância relativa dessa queda no nível de emprego em estabelecimentos fica ressaltada pela informação adicional de que esse número corresponde a mais de dois terços de todo o estoque de emprego doméstico remunerado no final da década, sendo que este último tipo de emprego teve forte crescimento nos anos 1990, ao aumentar no ritmo médio anual de 3,7%.

A ocupação total inclui, além dos empregados em estabelecimentos e no serviço doméstico remunerado, os empregadores que têm estabelecimento, os

trabalhadores por conta própria e os trabalhadores não remunerados, sejam estes últimos estagiários ou membros da família que ajudam um conta própria, trabalhando sem remuneração. A Tabela 1 informa que o aumento da ocupação total, desde o baixo nível atingido em 1992, foi proporcionalmente maior que o aumento do emprego em estabelecimentos. Assim, o emprego em estabelecimentos, apesar de corresponder a 71% da ocupação não agrícola total da Região Metropolitana de São Paulo em 1992, teve um aumento que respondeu por somente 30,8% da ampliação da ocupação total; desse modo, 69,2% do aumento total das ocupações não agrícolas verificado entre 1992 e 1998 na Região Metropolitana de São Paulo correspondeu ao forte aumento do trabalho por conta própria, do serviço doméstico remunerado, do trabalho não remunerado e do número de empregadores, que elevaram a participação conjunta dessas outras posições na ocupação de 29% para 32,8%, dando continuidade, na década de 1990, a um processo de redução do peso, na força de trabalho, dos assalariados de estabelecimentos, que já vinha acontecendo desde 1980.

Tabela 1  
Ocupação não agrícola segundo posição na ocupação na  
Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998.

Posição na Ocupação	1992	1998
Empregado em Estabelecimento	4.584.750	4.791.620
Trabalho por Conta Própria	1.073.917	1.329.782
Serviço Doméstico Remunerado	394.342	489.225
Empregador	260.506	346.102
Trabalho Não Remunerado	142.609	171.761
Ocupação Total	6.456.124	7.128.490

Fonte: PNADS (1992, 1998).

O crescimento da ocupação não agrícola total da Região Metropolitana de São Paulo, no ritmo anual de 1,7%, não foi suficiente para reverter plenamente o aumento na taxa de desemprego aberto, ocorrido com a queda da atividade econômica no início da década de 1990, e a taxa de desemprego, no final da década, ficou maior do que o alto nível verificado em 1992 (Cacciamali, 1997; Baltar, 1996; Dedecca, 1996; Mattoso & Baltar, 1997; Coutinho, Baltar & Camargo, 1999). Ou seja, a retomada da atividade da economia, desde 1993, provocou um aumento da ocupação total em ritmo inferior ao do aumento da população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo.

O impacto desfavorável das mudanças na estrutura da economia sobre o mercado de trabalho, portanto, verificou-se num quadro de continuidade de um intenso crescimento da população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo. As repercussões no mercado de trabalho, entretanto, marcaram o crescimento da PEA, contribuindo para acentuar as mudanças profundas que

ocorreram em sua composição por sexo e idade. Em primeiro lugar, continuou na década de 1990 o processo de consolidação da participação da mulher na atividade econômica das áreas urbanas que vem ocorrendo desde o final da década de 1960, coincidindo com o declínio na taxa de fecundidade, com forte repercussão no ritmo de crescimento da população (Leone, 2000). A consolidação da participação da mulher na atividade econômica se manifesta tanto no aumento da taxa de participação das jovens que começam a procurar emprego remunerado como também na permanência da mulher adulta no mercado de trabalho, mesmo depois do casamento e do nascimento dos filhos (Wajnmans & Rios Netto, 2000). Essa consolidação da participação feminina na atividade econômica vem colaborando para sustentar um elevado ritmo de crescimento da PEA, cerca de 2% ao ano. Nesse quadro geral de forte crescimento da PEA, o estreitamento do mercado de trabalho, provocado pelas mudanças na estrutura da economia, colocou um grave problema na absorção da entrada dos jovens de ambos os sexos no mercado de trabalho. O problema da absorção na entrada ao mercado de trabalho explicitou-se de modo mais evidente no caso dos jovens do sexo masculino porque no Brasil e particularmente na Região Metropolitana de São Paulo foi tradicionalmente muito intensa a participação de homens jovens na força de trabalho, facilitada pela alta rotatividade da mão-de-obra no emprego que resultou em constante renovação dos quadros de pessoal das empresas. Essa característica da força de trabalho no Brasil, entretanto, modificou-se na década de 1990 (Lourenço, 2002). Assim, segundo dados da RAIS, a participação de empregados com menos de 25 anos no emprego total diminuiu de 26,4% para 20,4%, entre 1989 e 2000. A queda do emprego, principalmente nas grandes empresas da indústria, construção civil e bancos, dificultou substancialmente a entrada do jovem no mercado de trabalho, provocando enorme aumento da taxa de desemprego e redução da taxa de participação dos homens com menos de 20 anos de idade.

## **1.2 Setor de atividade econômica**

A Tabela 2 confirma que o parco crescimento global da ocupação total exprime a resultante de uma ampla variedade de situações em termos setoriais. A ocupação total diminuiu em setores como finanças, indústria de transformação e construção civil empresarial, aumentou muito pouco em setores como alojamento e alimentação, administração pública e serviços de utilidade pública, teve aumento em ritmo próximo do crescimento da PEA em setores como reparação e manutenção e serviços pessoais e cresceu bem mais intensamente que a PEA em setores como comércio, serviços auxiliares da atividade econômica, serviço doméstico remunerado, transporte, educação, saúde, outras atividades sociais, serviços de limpeza e vigilância, serviços de lazer e comunicação.

Tabela 2  
Ocupação não agrícola segundo setor de atividade na  
Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998

Setor de Atividade	1992	1998
Indústria de Transformação	1.713.617	1.497.149
Comércio	967.934	1.221.350
Construção Civil	450.112	439.778
Serviço Doméstico	394.342	489.225
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	390.362	514.401
Alojamento e Alimentação	314.680	340.886
Educação	282.816	368.666
Transporte	280.422	380.806
Finanças e Imóveis	271.656	231.603
Administração Pública	233.425	238.533
Saúde	231.031	290.584
Reparação e Manutenção	223.067	253.281
Serviços Domiciliares	202.358	254.163
Serviços Pessoais	199.165	226.407
Outras Atividades Sociais	92.412	159.603
Serviço de Utilidade Pública	57.357	60.714
Diversão	47.804	66.793
Comunicação	41.425	58.119
Outros	62.139	36.429
Ocupação Total	6.456.124	7.128.490

Fonte: PNADS (1992, 1998).

Os dados sobre ocupação total, ao mostrarem o vigor do contraste entre a produção de bens e a prestação de serviços, não fazem mais que confirmar a esperada diversidade setorial de implicações da liberalização das importações, em condições de moeda valorizada e ampla disponibilidade de reservas internacionais. Nesse sentido, os bancos se constituíram numa exceção, devido ao fato de terem apresentado um crescimento desproporcional do emprego, na década anterior, provocado pelos efeitos da alta inflação sobre a atividade bancária. Outras exceções foram, de um lado, serviços do tipo utilidade e administração pública, cujo emprego foi afetado desfavoravelmente pela privatização e/ou contenção da atividade do setor público que caracterizaram os anos 1990 e, do outro, serviços do tipo alimentação, reparação e serviços pessoais que não apresentaram crescimento do emprego tão forte depois de 1992 porque tiveram um crescimento de emprego excepcional durante a baixa atividade econômica, entre 1990 e 1992.

O contraste entre a queda da ocupação de pessoas na produção de bens (10,1%) e o crescimento da ocupação no comércio e prestação de serviços (21,2% ou 3,2% ao ano) aconteceu com um crescimento do produto no conjunto do comércio e prestação de serviços que não foi muito maior do que o do produto do conjunto do chamado setor industrial (que engloba indústria de transformação, construção civil, extração mineral e serviços de utilidade pública), provocando aumento do produto por pessoa ocupada na produção de bens e diminuição do

produto por pessoa ocupada no conjunto do comércio e prestação de serviços (Dedecca, 2002). Os números sobre ocupação na Região Metropolitana de São Paulo são categóricos pois, entre 1992 e 1998, houve uma queda da ocupação de 223 mil pessoas na produção de bens em simultâneo a um aumento da ocupação de 895 mil pessoas no comércio e prestação de serviços, fazendo diminuir a participação da produção de bens na ocupação total, de 34,4% para 28%, ao elevar a participação de comércio e serviços de 65,6% para 72%.

Crescimento tão intenso da ocupação de pessoas no comércio e prestação de serviços resultou de uma ampliação do acesso ao uso desses serviços pelo conjunto da população. Tal ampliação do acesso ao uso de serviços é mais ou menos evidente em alimentação fora do domicílio, transporte, saúde, educação e comunicação, mas também se verificou em alguns serviços pessoais, reparação de máquinas e equipamentos e até mesmo no serviço doméstico remunerado. Nesse sentido, a própria consolidação da participação feminina na atividade econômica colaborou para aumentar a necessidade de serviços e o fato de o aumento da ocupação nos setores de prestação de serviços ter sido acompanhado de redução no produto por pessoa ocupada reflete as dificuldades no acesso àqueles serviços por ter o mencionado aumento da necessidade de serviços ocorrido num quadro geral de pouco investimento e pouco aumento da renda da população, apesar da crescente parcela das famílias passando a dispor de mais de uma fonte de renda no trabalho remunerado de seus membros (Leone, 2000).

### **1.3 Tipo de ocupação**

A Tabela 3 mostra que em simultâneo às mudanças na distribuição setorial da ocupação também se modificou a composição por tipo de ocupação. As ocupações manuais de operadores de máquinas e ferramentas passaram a absorver menor número de pessoas e as administrativas absorveram, em 1998, praticamente o mesmo número de pessoas verificado em 1992. Já nas ocupações de serviço de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, o crescimento do número de pessoas absorvidas verificou-se em ritmo inferior ao do crescimento da PEA e nas ocupações de atender público e vender, o emprego teve crescimento num ritmo semelhante ao da PEA. O crescimento verdadeiramente intenso do número de pessoas ocupadas ocorreu principalmente nas ocupações técnicas e de nível superior, de um lado, e, do outro, em determinadas ocupações de prestação de serviços, tanto as que são típicas de transporte e comunicação quanto as do serviço doméstico remunerado e da prestação de serviços pessoais em estabelecimentos, onde se destacam ocupações como as de cozinha, servir alimentos e bebidas, embelezamento, cuidado de pessoas e lazer (como referido acima). As ocupações de prestação de serviços de portaria, vigilância, limpeza, serviços gerais e de atender público não cresceram tanto depois de 1992, porque o fizeram em ritmo desproporcional anteriormente.

Tabela 3  
Ocupação em setores de atividade não agrícola segundo tipo de ocupação na  
Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998

Tipo de Ocupação	1992	1998
Manual	1.635.526	1.536.168
Administrativa	1.330.405	1.387.855
Porteiro, Vigilância, Limpeza	924.930	1.020.101
Atender Público e Vendas	916.956	1.054.811
Técnico e Nível Superior	659.640	880.451
Serviços Pessoais	659.637	825.791
Transporte e Comunicação	321.859	423.313
Agrícola	7.171	–
Ocupação Total	6.456.124	7.128.490

Fonte: PNADS (1992, 1998).

#### 1.4 Posição na ocupação segundo tipo de ocupação

As mudanças apontadas na distribuição setorial das ocupações e na composição por tipo de ocupação foram acompanhadas de profundas modificações também na composição por posição na ocupação, tendo diminuído a participação do emprego celetista e estatutário e aumentado a do emprego sem carteira, do trabalho por conta própria, do trabalho não remunerado, do serviço doméstico remunerado e dos empregadores.

As mudanças apontadas na composição por posição na ocupação das oportunidades para ocupar a população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo são ilustradas na Tabela 4, que mostra que o declínio da participação do emprego celetista e estatutário e o aumento da participação do emprego sem carteira de trabalho aconteceram em todos os tipos de ocupação, mas que o aumento do peso do trabalho por conta própria limitou-se às ocupações manuais, técnicos e pessoal de nível superior e ocupados em transporte e comunicação, não se verificando nas ocupações administrativas, onde praticamente é inexistente o trabalho por conta própria, nem nas ocupações de atender público e vender, onde pesa muito o trabalho por conta própria, nem nas ocupações de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais nem nas ocupações de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos. A grande maioria dos empregadores se declara em ocupações administrativas e o trabalho não remunerado tem peso significativo somente em ocupações de atender público e vender e nas ocupações de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos. Na década de 1990, o aumento do número de empregadores foi muito expressivo e o aumento do trabalho não remunerado não aconteceu nas ocupações onde esse tipo de trabalho é mais significativo, senão que ganhou uma expressão algo maior onde era inexpressivo, nas ocupações de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais e entre os técnicos

e pessoal de nível superior, indicando uma possível alteração no tipo de trabalho não remunerado, diminuindo o peso do membro da família que ajuda o conta própria e aumentando a participação dos estagiários.

Tabela 4  
Distribuição das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação na  
Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998

Posição na Ocupação	Manual		Administrativo		Portaria		Vendas	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Com carteira	60,6	48,6	75,2	67,5	74,2	66,9	32,5	35,0
Sem carteira	14,9	19,0	5,4	10,0	13,4	18,5	15,9	16,3
Conta própria	22,9	30,0	0,3	0,7	11,1	11,1	44,3	43,0
Empregador	–	0,8	18,1	20,9	–	0,1	–	0,2
Não remunerado	1,6	1,6	1,0	0,9	1,3	3,4	7,3	5,5
Serviço Doméstico	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Continua...

Tabela 4 – Continuação

Posição na Ocupação	Técnico		Serviço		Transporte		Total	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Com carteira	75,4	62,7	22,8	19,9	73,5	60,5	60,0	51,9
Sem carteira	8,7	15,9	7,2	9,9	7,9	17,4	11,1	15,2
Conta própria	11,9	15,4	7,5	8,2	18,1	21,1	16,6	18,7
Empregador	3,0	3,7	–	0,3	–	0,8	4,0	4,9
Não remunerado	1,0	2,3	2,7	2,5	0,5	0,2	2,2	2,4
Serviço Doméstico	–	–	59,8	59,2	–	–	6,1	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADS (1992, 1998).

Em todo caso, a composição por posição na ocupação continua sendo muito diferente por tipo de ocupação. Assim, ocupações como as de administrativos, técnicos e de pessoal de nível superior têm elevada participação dos empregados celetistas e estatutários, muito embora a proporção desse tipo de emprego mais formalizado tenha diminuído, no período examinado, de três quartos para dois terços, nesses tipos de ocupação. A alta proporção de empregados celetistas e estatutários, entretanto, não é privilégio exclusivo das ocupações administrativas, técnicas e de nível superior, verificando-se também nas ocupações de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais e nas ocupações de transporte e comunicação, onde a participação do emprego mais formalizado também diminuiu, de três quartos para dois terços, no período examinado. Não obstante, as tendências de alteração na composição por posição na ocupação foram

diferentes nos quatro tipos de ocupação. De comum, o mencionado aumento substancial do emprego sem carteira de trabalho, mas enquanto nas ocupações de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais o aumento do peso dos empregados sem carteira foi a única contrapartida da diminuição da participação dos celetistas e estatutários, nas ocupações administrativas também aumentou o peso dos empregadores e nas ocupações técnicas, de nível superior e de transporte e comunicação também aumentou a participação do trabalho por conta própria.

Nos outros três tipos de ocupação é bem menor a participação de empregados celetistas e estatutários. Nas ocupações de atender público e vender, esse tipo de emprego mais formalizado manteve sua participação relativamente baixa de um terço, mas em ocupações manuais e nas de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos, a participação de empregados celetistas e estatutários diminuiu de cerca de 60% para algo menos de 50%. Na verdade, a composição por posição na ocupação pouco se modificou nas ocupações de atender público e vender, mantendo, no período examinado, sua característica da principal posição na ocupação ser o trabalho por conta própria que, junto com o trabalho não remunerado de membros da família, responde por mais da metade das pessoas absorvidas nesse tipo de ocupação. Já nas ocupações manuais e de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos, ao declínio da participação dos celetistas e estatutários correspondeu um aumento do peso dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria.

A diminuição da participação dos empregos celetistas e estatutários na absorção da população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo foi um fato marcante da década de 1990 e não pode ser simplesmente associado exclusivamente aos outros dois aspectos que caracterizam as mudanças na estrutura das oportunidades para ocupar a população ativa dessa metrópole, quais sejam, a queda do emprego em indústria de transformação, finanças e construção civil empresarial, de um lado, e a diminuição do emprego em ocupações manuais, do outro, estes sim fenômenos razoavelmente entrelaçados. O fato de a queda na participação do emprego celetista e estatutário ter sido generalizada por setor de atividade e por tipo de ocupação, sugere que esse fenômeno deve ser associado a um quadro mais geral desfavorável à ampliação de vínculos de emprego mais permanentes que costumavam envolver contratos de trabalho mais bem explicitados e mais formalizados, que no Brasil se enquadram na *Consolidação das Leis do Trabalho* ou no *Estatuto do Servidor Público*. Um dos componentes desse quadro geral desfavorável ao emprego celetista e estatutário foi, sem dúvida, o declínio do emprego nas grandes empresas, fenômeno este, sim, associado à diminuição da ocupação nos setores da indústria de transformação, finanças e construção empresarial que também respondem pela redução na ocupação manual. Existem, entretanto, outros componentes igualmente importantes do quadro geral desfavorável ao emprego celetista e estatutário, entre eles um progressivo

relaxamento na aplicação das normas legais que regem o trabalho no país, fenômeno que tem contribuído para fortalecer propostas no sentido de alterar essas leis, de modo desfavorável à proteção dos trabalhadores, procurando flexibilizar as relações de trabalho, em conformidade com o verificado nas mudanças na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa que, ao favorecer os estabelecimentos menores, dificultaram a fiscalização da aplicação das normas legais, em geral, e do trabalho, em particular (Cacciamali, 2000 e Krein, 2002).

Em síntese, uma avaliação do significado econômico-social das alterações mencionadas na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa da Região Metropolitana de São Paulo é obrigada a levar em conta os três tipos de mudanças apontadas, quais sejam, na composição setorial, por tipo de ocupação e por posição na ocupação. Em poucas palavras, destacam-se a diminuição do emprego nas empresas grandes da indústria de transformação, finanças e construção civil empresarial e nas ocupações manuais, tendo aumentado a ocupação no comércio e em diversos setores de prestação de serviços, principalmente em, de um lado, ocupações técnicas e de nível superior e, do outro, em ocupações de vender, transportar e prestar serviços a pessoas e não tanto em ocupações de atender público, portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, sendo que em todos os setores e tipos de ocupação houve um declínio do emprego celetista e estatutário, notando-se em algumas ocupações e setores também um intenso aumento do trabalho por conta própria. O próximo item, ao considerar o rendimento proporcionado pelo trabalho, procurará reunir elementos adicionais para avançar na avaliação do significado econômico-social das mudanças verificadas na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo

## **2 Rendimento do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo**

A comparação dos rendimentos do trabalho em 1992 e 1998 deve ter presente que o nível de renda estava num patamar muito baixo em 1992, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo que sofreu, proporcionalmente mais que outras localidades, os efeitos da contração da atividade econômica que se verificou no Brasil, em 1990 e 1992. A retomada da atividade econômica desde 1993, por sua vez, beneficiou em maior medida a Grande São Paulo, comparativamente a outras localidades, provocando um aumento desproporcional da renda em geral e na renda do trabalho, em particular. Assim, entre 1992 e 1998, a renda média por pessoa ocupada em atividades não agrícolas aumentou 21,7% na Região Metropolitana de São Paulo, 18,1% no Estado de São Paulo e 14,3% no conjunto do país.

A retomada da atividade econômica, desde 1993 até 1998, ampliou a massa total de renda do trabalho da população residente na Região Metropolitana

de São Paulo em 35%, multiplicando 10,9% de aumento da ocupação por 21,7% de aumento da renda média por ocupado. Em reais de poder de compra de setembro de 1998, a renda média mensal dos paulistanos ocupados em atividades não agrícolas aumentou de R\$ 719,00 para R\$ 875,00 por mês. Como dito, foi um aumento muito forte de renda média do trabalho, mas estava num nível muito baixo, em 1992.

A recessão do início da década de 1990 prejudicou os ocupados de todas as faixas de renda, mas o declínio dos negócios afetou em proporção maior as rendas de nível mais elevado que, por sua vez, tinham sido relativamente favorecidas pela elevada inflação do final da década de 1980. A partir desse quadro de baixo nível de renda em 1992, a retomada da atividade econômica, desde 1993, aumentou principalmente a renda média dos estratos dos 20% mais pobres e dos 10% mais ricos. Os menores aumentos de renda média ocorreram nos estratos intermediários (os 43% logo abaixo dos 10% mais ricos e os 27% logo acima dos 20% mais pobres), que aumentaram 14% e 20,8%, respectivamente, enquanto a renda média dos 20% mais pobres aumentou 28,9% e a dos 10% mais ricos aumentou 24,1%. Como mostra a Tabela 5, entretanto, apesar do aumento proporcionalmente maior da renda média do estrato dos 20% mais pobres, comparativamente à renda média do estrato dos 10% mais ricos, a enorme desproporção entre os dois níveis de renda desses dois estratos (1 para 19, na média, em 1992), fez com que fosse bem maior o aumento do percentual de renda total apropriada pelos 10% mais ricos do que o dos 20% mais pobres. A principal perda, em termos de fração da renda total apropriada, verificou-se, no entanto, no estrato dos 43% situados logo abaixo dos 10% mais ricos.

Tabela 5  
Estratos de renda da população ocupada com rendimento positivo na  
Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998.

Estratos de renda	% da população com rendimento		% da renda	
	1992	1998	1992	1998
20% mais pobres	20,2	20,2	4,2	4,4
27%	26,8	26,2	11,2	10,9
43%	43,0	43,1	45,1	42,3
10% mais ricos	10,0	10,5	39,5	42,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Observação: Não foi possível utilizar a classificação dos trabalhadores por estrato de rendimentos identificados pelos quintis da distribuição. A expansão da amostra da PNAD faz com que muitos trabalhadores tenham exatamente o mesmo nível de rendimento no trabalho principal. Isso não impede o cálculo dos quintis da distribuição de rendimentos, mas dificulta enormemente a explicitação dos perfis dos trabalhadores que compõem os diferentes estratos. A análise desses perfis obrigou a delimitar os estratos de um modo diferente, por um nível de renda obtido por apenas um trabalhador. Usando os percentis da distribuição de rendimentos, identificaram-se os estratos de modo que fossem semelhantes as proporções de trabalhadores envolvidos nos dois anos examinados. Esses estratos foram o dos 20% mais pobres; o dos 27% de rendimento imediatamente superior ao dos 20% mais pobres; o dos 43% que incluem a mediana dos rendimentos; e o dos 10% mais ricos.

Fonte: PNADs (1992, 1998).

A retomada da atividade econômica e as mudanças na estrutura da economia que modificaram sensivelmente as oportunidades para ocupar a população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo alteraram muito pouco o formato da distribuição de renda do trabalho que continuou mostrando uma enorme assimetria, desigualdade e concentração na cúpula. A renda média, como já foi dito, aumentou de R\$ 719,00 para R\$ 875,00, mas a proporção de pessoas ocupadas ganhando menos do que a média não diminuiu, senão que passou de 72,3% para 74,4% e a proporção de pessoas ocupadas ganhando menos que dois terços da média aumentou ainda mais, passando de 52,6% para 59,8%. Esta última proporção é um indicador freqüentemente utilizado para medir a incidência da pobreza, tornando a medição menos sensível à conjuntura da atividade econômica. Porém, no Brasil, costuma-se utilizar uma medição da incidência da pobreza absoluta, definindo-se um limite mínimo de renda. O aumento da atividade econômica entre 1992 e 1998 reduziu a proporção de pessoas ocupadas ganhando menos do que uma determinada linha de pobreza absoluta. Assim, fixando a linha de pobreza em R\$ 200,00 de setembro de 1998, a proporção de pessoas ocupadas que ganham menos que esse limite absoluto de renda diminuiu de 20,9% para 12,1%. Os dados mencionados mostram que houve realmente um aumento generalizado do nível das rendas do trabalho, desde um patamar muito baixo, beneficiando especialmente a renda média dos estratos dos 20% mais pobres e dos 10% mais ricos, tendo aumentado muito menos a renda média dos estratos de nível de renda intermediário, rebaixando a renda das pessoas que fazem parte desses estratos intermediários, em relação ao nível médio geral da renda do trabalho na Grande São Paulo.

Esse empobrecimento relativo dos ocupados que se situam nos estratos intermediários da distribuição de renda parece ser uma das principais manifestações das repercussões da liberalização da economia sobre o mercado de trabalho e é um fato marcante porque o que caracteriza a distribuição de renda no Brasil e em outros países subdesenvolvidos é justamente a pequena fração de renda apropriada pelos estratos intermediários (CEPAL, 2000). Isso fica evidenciado por uma comparação da distribuição de renda no Brasil com a que vigorou nos Estados Unidos, antes que as mudanças na estrutura da economia americana provocassem, desde meados da década de 1970, uma transformação na estrutura de ocupações que afetou a distribuição da renda em linhas semelhantes às que caracterizam a distribuição de renda no Brasil e que apenas foram reforçadas pelas mudanças na economia que aconteceram no Brasil, na década de 1990.

Uma comparação dos grandes traços da distribuição de renda no Brasil de 1980 e nos Estados Unidos de 1972 ressaltaria que as principais diferenças se verificam exatamente entre as rendas médias dos estratos intermediários (Thurow, 1975). Assim, dividindo a população ativa em cinco estratos, cada um com 20% dessa população, ordenada pelo nível de renda, e comparando as rendas médias desses estratos no Brasil e nos Estados Unidos, as maiores diferenças se

verificariam nos três estratos de nível intermediário. Ou seja, apesar de escandaloso o baixo nível de renda médio dos 20% mais pobres da população ativa brasileira, no qual pesa bastante a população rural do Nordeste, comparativamente à renda média global brasileira, a situação relativa dessa parcela da PEA brasileira era mais favorável do que a dos 20% mais pobres da população ativa dos Estados Unidos, comparativamente à renda média deste último país. Algo análogo ocorria com os 20% mais ricos que, comparativamente à média global, também tinham uma situação relativa mais favorável no Brasil que nos Estados Unidos. Já com os três estratos intermediários ocorria exatamente o contrário, tinham uma situação relativa mais favorável nos Estados Unidos, comparativamente à renda média global. Em suma, sendo a renda média global americana aproximadamente cinco vezes maior do que a brasileira, a diferença para os dois estratos, nos extremos da distribuição, seria menor, enquanto para os três estratos intermediários, a diferença de renda média em favor dos Estados Unidos seria muito maior.

Nos Estados Unidos, as mudanças na estrutura de oportunidades de ocupação, desde meados da década de 1970, reverteram um processo que tinha ocorrido desde a década de 1930 e que tinha aumentado a renda relativa dos ocupados situados nos estratos intermediários, representando em certa medida um retorno aos padrões de distribuição de renda que prevaleceram na década de 1920, em que um intenso aumento da renda foi muito concentrado no estrato dos 20% mais ricos. No Brasil, entretanto, ocorreu nos anos 1990 um processo diferente, embora resultando no reforço de um formato análogo da distribuição da renda. Um lento aumento da renda manteve, no Brasil, uma distribuição de renda muito assimétrica, dispersa e desigual modificando, entretanto, o perfil dos ocupados nos vários estratos, especialmente no dos 10% mais ricos.

Para verificar como as mudanças na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo modificou o perfil das pessoas ocupadas em cada um dos estratos de renda, utilizou-se uma classificação de 15 categorias de ocupação, combinando tipo e posição na ocupação. Essas categorias não são homogêneas, do ponto de vista da renda, contendo cada uma delas pessoas de todos os estratos de renda. Não obstante, varia muito entre as categorias a distribuição das pessoas por estrato de renda. Assim, como mostra a Tabela 6, 66,3% dos ocupados no serviço doméstico remunerado, em 1992, faziam parte do estrato dos 20% mais pobres da Grande São Paulo, enquanto essa proporção foi de somente 1,4% na categoria dos não assalariados (trabalhadores por conta própria e empregadores) das ocupações de transporte e comunicação. No outro extremo do espectro de rendas, praticamente nenhum ocupado no serviço doméstico remunerado localizava-se no estrato dos 10% mais ricos, enquanto na categoria dos não assalariados de ocupações administrativas (fundamentalmente empregadores) essa proporção foi de 42,9%, tendo aumentado para 51,4%, em 1998.

Tabela 6  
Distribuição de renda das categorias ocupacionais na  
Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998

Estratos de renda	Serviço Doméstico		Emprego Serviço		Serviço não assalariado		Emprego Portaria		Emprego Vendas	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998
20% mais pobres	66,3	59,9	28,5	33,3	39,7	31,3	25,7	26,9	26,0	23,3
27%	28,3	29,8	49,2	42,0	23,8	28,7	36,3	36,8	32,1	37,1
43%	5,2	10,3	22,3	24,3	33,3	33,7	35,4	34,6	37,8	34,3
10% mais ricos	0,2	–	–	0,4	3,2	6,3	2,6	1,7	4,1	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(Continuação da Tabela 6)

Estratos de renda	Manual não assalariado		Emprego Manual		Portaria não assalariado		Venda não assalariado		Emprego Transporte	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998
20% mais pobres	27,5	25,8	19,8	17,7	26,4	18,9	21,5	31,2	4,6	7,3
27%	28,8	23,8	30,2	33,8	19,2	9,8	21,1	19,3	28,0	30,2
43%	42,2	46,3	44,5	46,8	44,0	50,0	47,5	40,8	65,2	59,0
10% mais ricos	1,5	4,1	5,5	1,7	10,4	21,3	9,9	8,7	2,2	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(Continuação da Tabela 6)

Estratos de renda	Emprego Administrativo		Técnico não assalariado		Emprego Técnico		Transporte não assalariado		Administrativo não assalariado	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998
20% mais pobres	8,0	8,5	12,0	7,7	5,9	5,9	1,4	1,9	2,7	2,5
27%	24,2	23,3	12,0	8,2	13,6	11,6	11,4	8,6	4,8	3,0
43%	52,4	53,8	41,0	39,6	53,4	57,9	71,5	67,6	49,7	43,1
10% mais ricos	15,4	14,4	35,0	44,5	27,1	24,6	15,7	21,9	42,9	51,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADS (1992, 1998).

A elevação geral do nível de renda com a retomada da atividade econômica, desde 1993, e a eliminação e criação de oportunidades de ocupação com as mudanças na estrutura da economia modificaram a distribuição dos ocupados por estrato de renda em muitas categorias. As exceções foram empregados em portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais e empregados em ocupações administrativas que, no período examinado, pouco alteraram a distribuição dos ocupados por estrato de renda.

Confirmando sua maior sensibilidade ao ritmo de atividade da economia, as modificações na distribuição dos ocupados por estrato de renda foram bem mais pronunciadas entre os não assalariados do que entre os empregados. De um modo geral, o nível da renda dos trabalhadores por conta própria e empregadores diminuiu de modo mais pronunciado que o salário dos empregados na recessão do início dos anos 1990 e teve uma recuperação também mais intensa, com a

retomada da atividade da economia. Assim, entre 1992 e 1998, o intenso aumento do nível de renda dos não assalariados fez diminuir a proporção dos situados nos estratos de renda inferior, aumentando a dos localizados nos estratos de renda superior. Isso somente não aconteceu com os não assalariados em ocupações de atender público e vender, categoria que teve uma pequena expansão, no período examinado, fundamentalmente um aumento de trabalhadores por conta própria no comércio de mercadorias, muito concentrada no estrato dos 20% mais pobres da Grande São Paulo. Foi muito expressiva, entretanto, a redução da parcela de ocupados situados no estrato dos 20% mais pobres em serviço doméstico remunerado e entre os não assalariados de ocupações como prestação de serviços pessoais, portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, técnicos e pessoal de nível superior. Entre os não assalariados de ocupações administrativas e de transporte e comunicação, é desprezível a proporção dos localizados no estrato dos 20% mais pobres e, entre os não assalariados de ocupações manuais, manteve-se a expressiva parcela dos situados no estrato dos 20% mais pobres e aumentou ligeiramente a dos localizados nos estratos dos 10% mais ricos e dos 43% abaixo dos 10% mais ricos.

Em suma, a retomada de atividade e as mudanças na estrutura da economia favoreceram a ocupação dos trabalhadores por conta própria e empregadores e o seu nível de renda, que estava num patamar muito baixo em 1992. Não obstante, criaram-se também, desde 1993, oportunidades que proporcionaram renda de nível muito baixo, principalmente para trabalhadores por conta própria de ocupações manuais e de venda. Já os empregados assalariados foram bem menos favorecidos pela retomada de atividade e mudanças na estrutura da economia. Em primeiro lugar, foi muito menor o crescimento das oportunidades de emprego assalariado. O intenso aumento de emprego em ocupações técnicas, de atender público e vender, transporte e comunicação e serviços pessoais em estabelecimentos foi de magnitude só um pouco maior do que a redução de emprego verificada nas ocupações manuais e o emprego em ocupações administrativas não aumentou e foi muito pequeno o aumento do emprego em portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais. Em segundo lugar, muitos dos empregos criados foram de baixo nível de renda. Assim, aumentou a proporção de empregados no estrato dos 20% mais pobres em ocupações de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos, portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, transporte e comunicação e não diminuiu ou só diminuiu muito pouco nas ocupações manuais, técnicas e de atender público e vender. Por outro lado, a proporção de empregados situados em um dos dois estratos de renda maior que a mediana (ou seja, os 10% mais ricos e os 43% abaixo dos 10% mais ricos) só aumentou mais expressivamente nas ocupações técnicas e de nível superior, tendo diminuído a proporção de empregados em portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, atender público e vender, ocupações manuais e de transporte e comunicação.

A disparidade de ritmos de crescimento das categorias de ocupação e as mudanças na distribuição de renda em muitas delas provocaram modificações no perfil dos ocupados em cada um dos estratos de renda, modificações estas que são ilustradas na Tabela 7. Assim, por exemplo, a queda no número de empregados em ocupações manuais fez diminuir o peso dessa categoria de ocupações em todos os estratos de renda, mas a mudança na distribuição de renda dos empregados em ocupações manuais provocou uma diminuição mais acentuada na participação da categoria nos dois extremos dos estratos de 20% mais pobres e 10% mais ricos. De modo análogo, a constância do número de empregados em ocupações administrativas diminuiu o peso dessa categoria em todos os estratos, mas nesse caso praticamente não se modificou a distribuição de renda. Já o fato de o aumento dos não assalariados em ocupações de atender público e vender ter se concentrado no estrato dos 20% mais pobres elevou a participação dessa categoria no estrato de baixa renda e diminuiu o peso dela em todos os demais estratos.

Tabela 7  
Composição das ocupações por categoria ocupacional segundo estratos de renda na Região Metropolitana de São Paulo, 1992 e 1998

Categorias Ocupacionais	20% mais pobres		27% mais pobres		43% mais pobres		10% mais ricos	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Serviço Doméstico	20,3	20,9	6,5	8,0	0,8	1,6	0,1	–
Emprego Serviço	4,5	5,9	5,8	5,7	1,6	2,0	0,9	0,1
Serviço não assalariado	1,6	1,6	0,7	1,1	0,6	0,8	1,4	0,6
Emprego Portaria	16,5	16,9	17,7	17,7	10,7	10,2	3,4	2,1
Emprego Vendas	8,9	9,1	8,3	11,2	6,1	5,6	2,8	4,0
Manual não assalariado	8,0	8,5	6,4	6,0	5,8	7,1	0,9	2,6
Emprego Manual	19,4	13,1	22,3	19,5	20,5	16,3	10,8	2,5
Portaria não assalariado	2,1	1,5	1,2	0,6	1,7	1,8	1,7	3,2
Vendas não assalariado	6,8	9,9	5,0	4,7	7,0	6,5	6,3	5,3
Emprego Transportes	1,0	1,7	4,4	5,5	6,4	6,5	–	1,6
Emprego Administrativo	6,7	6,5	19,5	13,7	20,7	19,2	26,2	21,1
Técnico não assalariado	0,9	0,9	0,7	0,7	1,4	2,2	5,3	10,0
Emprego Técnico	2,6	3,0	4,4	4,5	10,8	13,5	23,6	23,5
Transporte não assalariado	0,1	0,1	0,4	0,4	1,5	2,1	0,3	2,8
Administrat. não assalariado	0,5	0,5	0,7	0,5	4,4	4,2	16,3	20,6
Agrícola	0,3	–	0,2	–	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADS (1992, 1998).

No estrato dos 10% mais ricos ocorreram as mudanças mais pronunciadas no perfil dos trabalhadores, tendo diminuído o peso dos empregados em ocupações manuais, administrativas, de prestação de serviços em estabelecimentos e de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, ao mesmo tempo em que aumentou a participação dos não assalariados de ocupações manuais, portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, ocupações técnicas e administrativas, denotando a

desvalorização do emprego assalariado e a valorização das ocupações não assalariadas de trabalhadores por conta própria e empregadores. As exceções foram, de um lado, empregados de ocupações de atender público e vender e de ocupações de transporte e comunicação que ampliaram suas respectivas participações no estrato de renda dos 10% mais ricos e os empregados de ocupações técnicas e de nível superior que preservaram sua elevada participação nesse estrato de maior nível de renda e, do outro lado, os não assalariados de ocupações de prestação de serviços em estabelecimentos e de ocupações de atender o público e vender que diminuíram suas respectivas participações no estrato dos 10% mais ricos.

No outro extremo dos 20% mais pobres, diminuiu a participação dos empregados em ocupações manuais e aumentou a dos empregados em prestação de serviços pessoais em estabelecimentos, atender público e vender, portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais, transporte e comunicação e ocupações técnicas, mas principalmente aumentou o peso dos não assalariados em ocupações de atender público e vender. Essas mudanças no perfil dos ocupados do estrato dos 20% mais pobres foram menos pronunciadas que as do estrato dos 10% mais ricos, pois a perda de participação do emprego em ocupações manuais foi de 6,3 pontos percentuais e o aumento do peso dos não assalariados de ocupações de atender público e vender foi de 3,1 pontos percentuais, enquanto no estrato dos 10% mais ricos, a diminuição conjunta da participação do emprego em ocupações manuais e administrativas foi de 13,4 pontos percentuais e o aumento do peso conjunto dos não assalariados de ocupações administrativas, técnicas, manuais, de transporte e comunicação e de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais foi de 14,7 pontos percentuais.

No estrato dos 27% situados abaixo da mediana e no dos 43%, que inclui a mediana, diminuiu a participação de empregados em ocupações manuais e administrativas. No estrato dos 27% abaixo da mediana aumentou o peso dos empregados de ocupações de atenção a público, venda, transporte e comunicação e do serviço doméstico remunerado e dos não assalariados de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos. Já no caso do estrato dos 43% que inclui a mediana aumentou a participação de serviço doméstico remunerado, não assalariados de ocupação manual, técnica e de transporte e comunicação e empregados de ocupações técnicas e de prestação de serviços pessoais em estabelecimentos. Essas mudanças no perfil dos ocupados dos estratos de renda intermediários também foram menos acentuadas que as do estrato dos 10% mais ricos.

Em resumo, as alterações na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa residente na Região Metropolitana de São Paulo modificaram o perfil dos ocupados em todos os estratos de renda, mas principalmente no dos 10% mais ricos da população. Em particular, diminuiu o peso dos empregados em ocupações manuais e administrativas e aumentou a participação dos empregados

em outros tipos de ocupação e dos não assalariados em quase todos os tipos de ocupação. Essas alterações no perfil dos estratos de renda sinalizam uma desvalorização do emprego assalariado em estabelecimentos e uma valorização da ocupação não assalariada. Assim, o peso dos empregados em estabelecimentos diminuiu em todos os estratos, mas principalmente entre os 10% mais ricos da população, onde a participação dos empregados em estabelecimentos diminuiu de 67,7% para 54,9%. Os empregados em estabelecimentos, entretanto, continuam sendo a grande maioria dos ocupados nos dois estratos de renda intermediários, tendo diminuído de 82,4% para 77,8% no caso dos 27% com renda abaixo da mediana, e de 76,8% para 73,3%, no caso dos 43% com renda próxima ou maior que a mediana. Já entre os 20% mais pobres, os empregados em estabelecimentos diminuíram sua participação de 59,6% para 56,2%. Além de diminuir o peso do emprego assalariado em estabelecimentos em todos os estratos de renda, mudou sua composição com a diminuição do emprego em ocupações manuais, a constância do emprego em ocupações administrativas e o aumento do emprego nos demais tipos de ocupação, quais sejam, portaria, vigilância, limpeza, serviços gerais, atender público e vender, transporte e comunicações, prestar serviços pessoais em estabelecimentos e as ocupações técnicas e de nível superior.

### **Conclusão**

A Região Metropolitana de São Paulo, na medida em que concentrou e ainda mantém boa parte da indústria de transformação do país, pôde ter mais da terça parte das oportunidades para ocupar a população ativa nesse setor da atividade econômica. Essa concentração da atividade industrial numa única metrópole promoveu intenso crescimento da renda e amplas possibilidades de desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços. Esse dinamismo da economia paulistana atraiu pessoas de todo o país e a intensidade do crescimento da aglomeração urbana, sem um planejamento sólido, acumulou graves problemas, difíceis de resolver ou mesmo contornar, particularmente depois que se interrompeu a industrialização do país, com a crise da dívida externa, e começou a reestruturação industrial, com a liberalização da economia brasileira, na década de 1990.

A industrialização brasileira, nas condições sociais e políticas em que ocorreu, marcada pelos acontecimentos que culminaram no golpe de estado de 1964 e em 20 anos de ditadura militar, plasmou uma distribuição de renda muito desigual, acentuando a assimetria e a dispersão preexistentes, ao promover um intenso crescimento da renda, muito concentrado na cúpula. Expressando essas características do formato da distribuição da renda, o espectro da dispersão é muito grande, mas, na enorme diferença de renda, ressalta a situação relativa dos

10% mais ricos. Na base dessas diferenças de renda, em que se distingue dos demais o nível da renda de uma cúpula relativamente pequena da população ativa, estão os baixos salários do grosso do trabalho manual mais qualificado e do trabalho não manual menos especializado de escritório e comércio, muito embora também sejam grandes as diferenças de rendimento em favor desses trabalhos mais qualificados, comparativamente ao trabalho não qualificado em ocupações manuais e em uma ampla variedade de ocupações de prestação de serviços, estruturados ou não em setores de atividade específicos.

A maior parte do intenso aumento de renda, verificado no Brasil entre 1968 e 1974, foi apropriada pelos 10% mais ricos da população ativa total, que incluem não apenas os ricos, que conformam um percentual muito menor da população ativa total, mas também a chamada classe média alta que, nesse mesmo período, ampliou sua participação na população ativa total, reforçando o aumento da parcela de renda apropriada pelo estrato dos 10% mais ricos. A principal contrapartida desse aumento da parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos foi a diminuição da parcela dos estratos de rendas intermediários onde se destacam os trabalhadores manuais, qualificados e os trabalhadores não manuais menos especializados de ocupações de escritório e de vendas.

A concentração na Região Metropolitana de São Paulo da atividade industrial e de serviços correlacionados paradoxalmente contribuiu para suavizar o desnível de renda que ressalta a posição da cúpula dos 10% mais ricos, desnível que é maior ainda noutros agrupamentos metropolitanos, onde é menor o peso daquelas ocupações manuais e não manuais mais qualificadas, sendo maior o predomínio das ocupações não qualificadas, fenômeno associado à maior participação relativa na atividade econômica de setores que fazem amplo uso de ocupações de prestação de serviços.

A reestruturação da indústria, na década de 1990, teve um forte impacto no emprego industrial e de serviços conexos. A Região Metropolitana de São Paulo continuou mantendo uma alta fração do produto industrial do país, mas a racionalização dessa produção elevou fortemente o produto por empregado, com pouco aumento do produto e muita redução do emprego. Não obstante, a reestruturação da indústria ampliou a diferença de produto por empregado industrial em favor da Grande São Paulo e a preservação e a adaptação de muitas atividades industriais e de serviços conexos, nessa metrópole, mantiveram o nível da renda, mas a eliminação de empregos que a mencionada racionalização promoveu teve um profundo impacto na distribuição da renda, revertendo o que era característico de São Paulo, ao aumentar a diferença de renda em favor do estrato dos 10% mais ricos e alterando, ao mesmo tempo, o perfil das ocupações desse segmento da PEA.

Numa ironia da história, o momento em que se deflagrou a reestruturação da indústria, com a liberalização da economia brasileira para o comércio e as

finanças internacionais, foi precedido pelo final da ditadura militar, democratização do país e atualização do movimento sindical. Embora numa década marcada pela crise da economia provocada pelo colapso do crédito externo, a democratização tinha permitido avanços expressivos na moldagem institucional da seguridade social e das relações de trabalho. Em conseqüência, a década de 1990 terminou sendo de retrocesso e demolição não somente de parcelas de uma estrutura de produção montada por uma industrialização de 30 anos mas, também, de um embrião de seguridade social e relações de trabalho, no início de uma reforma do que havia sido construído pelo regime militar, reforma que apontava na direção de um estado do bem-estar moderno, embora com efeitos limitados devido à situação econômica do país ao longo da década de 1980.

As mudanças na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa, com a diminuição simultânea do peso da empresa grande, dos setores indústria de transformação, construção empresarial e bancos e das ocupações manuais e administrativas, junto com a generalizada redução da participação do emprego celetista e estatutário em favor do emprego sem carteira, do trabalho por conta própria e do serviço doméstico remunerado, das ocupações de comércio e prestação de serviços, em pequenos empreendimentos, empresariais ou não, apontam para uma situação nova, mais restritiva, em termos de possibilidades de estruturação de vínculos sociais mais sólidos e coesos.

Como a mencionada transformação na estrutura de oportunidades para ocupar a PEA aconteceu sob fortes restrições em termos de crescimento da renda, não se modificou muito o formato da distribuição, mudando apenas a composição dos ocupados dos diversos estratos de renda, especialmente o dos 10% mais ricos. Noutras experiências com crescimento mais intenso, como a do Chile, o formato da distribuição teve uma modificação mais importante, agravando a desigualdade e concentração na cúpula. A experiência do Chile de intenso crescimento de renda em economia aberta, com exportações provenientes da exploração de recursos naturais e mão-de-obra barata e sem forte interferência do Estado para garantir um formato mais conveniente da distribuição, ajuda a destacar a importância do papel do Estado interferindo para evitar a polarização econômica e social nesse tipo de desenvolvimento capitalista. Essa experiência, entretanto, também sugere a enorme dificuldade de concatenar uma ação estatal adequada sob as restrições à ação pública e as tendências de estruturação das relações sociais que prevalecem com o tipo de estrutura de oportunidades para ocupar a PEA que tende a ocorrer no desenvolvimento de uma economia aberta com base na exportação de produtos com pouco conteúdo tecnológico e valor agregado, mas que permitem um substancial aumento do coeficiente de comércio externo do país, em meio ao intenso aumento da renda per capita. Assim, desde o início da década de 1990, o Chile é governado por uma coalizão política de centro-esquerda comprometida

com a reversão da tendência ao aumento da desigualdade socioeconômica. Três governos sucessivos dessa coligação política não foram suficientes para provocar qualquer alteração mais expressiva nos indicadores de concentração e desigualdade da distribuição de renda.

### **Bibliografia**

- BALTAR, P. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, jun. 1996.
- CACCIAMALI, M. C. A globalização e suas relações com o mercado de trabalho. In: MARQUES, R. M. (Org.). Mercado de trabalho e estabilização. *Cadernos PUC Economia*, São Paulo, n. 4, 1997.
- \_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, jun. 2000.
- CARNEIRO, R. *Reformas liberais, estabilidade e estagnação: a economia brasileira na década de 90*. Campinas: Unicamp. IE, 2000. (Tese, Livre-Docência).
- \_\_\_\_\_. Padrões de consumo nos anos 1990 (evidências preliminares). *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 17, dez. 2001.
- CEPAL. *Panorama social de América Latina 1999-2000*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2000.
- COUTINHO, L., BALTAR, P., CAMARGO, F. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: OIT-Mtb. *Ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. 1999.
- DEDECCA, C. *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. Campinas: Unicamp. IE, 1996. (Cadernos do CESIT, n. 20).
- \_\_\_\_\_. *Anos 90: a estabilidade com desigualdade*. Campinas: Unicamp. IE. CESIT, 2002. (Mimeogr.).
- HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 1999. (Tese, Doutorado).
- KREIN, J. D. A reforma trabalhista de FHC: análise de sua efetividade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 7, 2001, Salvador. *Anais...*
- LEONE, E. T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo. In: BALTAR DA ROCHA, M. I. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LOURENÇO, C. *Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 2002. (Dissertação, Mestrado).
- MATTOSO J., BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

THUROW L. *Generating inequality: mechanism of distribution in the U.S. economy*. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1975.

WAJNMANS, S., RIOS NETTO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: BALTAR DA ROCHA, M. I. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.